



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 77 / XIV / 2.ª SL

Aos vinte e três dias do mês de junho de 2021, pelas onze horas, na Sala 7 do Palácio de São Bento, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte,

Ordem do Dia:

1. Informações gerais

- 2. Análise e discussão do parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 827/XIV/2.ª (BE)** - Altera o regulamento consular, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2009, de 31 de março, com vista a reforçar as normas relativas à nomeação dos cónsules honorários

Deputado autor do parecer: Nuno Miguel Carvalho (PSD)

3. Apresentação e discussão dos Projetos de Resolução:

- [n.º 1240/XIV/2.ª \(PSD\)](#) - Apoio à tripla ameaça em Moçambique.
- [n.º 1316/XIV/2.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo que classifique os colonatos israelitas na Palestina como anexação.
- [n.º 1317/XIV/2.ª \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo que reconheça o Estado da Palestina.
- [n.º 1328/XIV/2.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo que continue o seu esforço para sensibilizar e mobilizar as organizações e a comunidade internacionais para a necessidade urgente de ajudar Moçambique a dar resposta à grave crise humanitária que afeta centenas de milhares de deslocados na Província de Cabo Delgado

4. Discussão e votação dos Projetos de Voto n.ºs:

[569/XIV \(PCP\)](#) - De condenação da repressão de Israel sobre a população palestina.

[570/XIV \(Ninsc Joacine Katar Moreira\)](#) - De condenação pelos ataques das forças israelitas em Gaza e contra a deslocação forçada do povo palestino residente no bairro de Sheikh Jarrah em Jerusalém Oriental.

[571/XIV \(BE\)](#) - De condenação pela crescente violência nos territórios ocupados palestinianos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

[573/XIV \(CDS-PP\)](#) – De condenação pela recente escalada de violência e confrontos em Jerusalém.

[576/XIV \(PSD\)](#) - De condenação contra o recrudescimento da violência entre israelitas e palestinianos.

[579/XIV \(PEV\)](#) - De condenação da repressão sobre a população da Palestina pelas autoridades israelitas.

[598/XIV/2.^a \(PS\)](#) - De condenação pelo escalar da violência no Território Palestino Ocupado e em Israel.

[584/XIV/2.^a \(PSD\)](#) - De Condenação pelo desvio de um avião civil e detenção de Roman Protasevich pelas autoridades da Bielorrússia.

[587/XIV/2.^a \(CDS-PP\)](#) - De Condenação pela detenção do jornalista Roman Protasevich na sequência do desvio de um voo civil na Bielorrússia.

[594/XIV/2.^a \(CH\)](#) - De condenação pela detenção de um jornalista através da infração das normas da aviação internacional.

[597/XIV/2.^a \(PS\)](#) - De condenação pelo desvio de um voo comercial por parte da Bielorrússia para detenção do jornalista Roman Protasevich.

[602/XIV/2.^a \(BE\)](#) De solidariedade para com o povo e os presos políticos da Bielorrússia.

[612/XIV/2.^a \(PSD\)](#) - Condena a partilha de dados pessoais de manifestantes a autoridades estrangeiras.

5. Aprovação de Atas:

- n.º 51, de 16 de fevereiro;
- n.º 60, de 18 de março;
- n.º 69, de 4 de maio;
- n.º 70, de 11 de maio;
- n.º 71, de 20 de maio.

6. Outros assuntos

Iniciada a reunião, dirigida pelo Deputado José Cesário, em substituição do Presidente da Mesa, começou aquele por dar as boas vindas a todos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

No **Ponto 1.**, o Presidente prestou as seguintes informações:

- Devido à sobreposição da data anteriormente prevista para a realização da audição regimental do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (MENE) com as Jornadas do CDS-PP (13 de julho), a Comissão havia sugerido alternativamente as datas 14 e 19, as quais foram recusadas por indisponibilidade de agenda do membro do Governo. Sendo necessário consensualizar nova data, as hipóteses são:
 - 7jul (4.^a feira) de manhã (há Plenário às 15 h)
 - 20jul (3.^a feira) de manhã (há Plenário às 15h);
 - 21jul (4.^a feira) de manhã (há Plenário às 15h);
 - 23jun (6.^a feira), último dia de atividades na corrente Sessão

Intervindo, os Deputados João Oliveira (PCP), Nuno Carvalho (PSD) e Lara Martinho (PS), concluíram por mais adequada a data de 23 de julho.

- Relativamente aos requerimentos apresentados pelo PSD para audição do MENE (“Lista Verde” para entrada no Reino Unido, e informações transmitidas a embaixadas estrangeira sobre manifestantes), e na sequência dos contactos entretanto estabelecidos, o MENE informou existir disponibilidade para dia 30 de junho, a partir das 09.30 / 10 horas.
Todos os Grupos Parlamentares presentes concordaram, fixando as 10 horas para o seu início.
- Por fim, foi lembrado que no dia de amanhã, pelas 18 horas, na sala do Senado, decorrerá a audição conjunta (1.^a + 2.^a Comissões) do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (informações transmitidas a embaixadas estrangeira sobre manifestantes).

No **Ponto 2.**, foi concedida a palavra ao Deputado Nuno Carvalho (PSD) para apresentação do seu Parecer sobre o Projeto de Lei n.º 827/XIV, qual pode ser integralmente consultado aqui. Concluiu, referindo que a iniciativa em presença reunia condições para poder ser apreciada e votada em Plenário.

De seguida, intervieram os Deputados:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Joana Mortágua (BE), tendo felicitado o apresentante pelo trabalho desenvolvido e sublinhou os principais objetivos da mesma: transparência e responsabilidade por parte do Estado.

Lara Martinho (PS), que felicitou também o autor do Parecer, remetendo demais considerações para a discussão a decorrer em Plenário.

Não se tendo registado demais intervenções e uma vez submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS-PPP).

Transitados para o **Ponto 3.**, e tendo sido, a título prévio, comumente acordada a discussão conjunta dos Projetos de Resolução números 1240/XIV e 1328/XIV, respetivamente de PSD e PS, foi concedida a palavra ao Deputado **Nuno Carvalho (PSD)** para apresentação do Projeto de Resolução n.º 1240/XIV. O autor, começou por assinalar os três grandes desafios com que atualmente se defronta o Estado moçambicano. Confrontando-se, ainda, com os devastadores efeitos dos ciclones “Idai” e “Kenneth” de 2019, juntam-se-lhe agora os decorrentes do conflito armado de Cabo Delgado, tudo negativamente potenciado com os efeitos da pandemia. Desta infeliz conjugação resultou uma verdadeira crise humanitária, com centenas de mortos e mais de um milhão de pessoas necessitadas de assistência humanitária urgente. Esta situação, conforme defende o PSD, exige um reforço da ajuda a prestar a Moçambique, tanto pela ONU, como pela União europeia, sem esquecer, na perspetiva bilateral, de Portugal, quer diretamente, quer enquanto catalisador da melhoria da ajuda internacional. Realçou, igualmente, as palavras do Secretário-Geral das Nações Unidas ao identificar um cenário de «*tripla ameaça resultante da violência, das crises climáticas e da pandemia Covid-19*», onde foi sinalizada a necessidade de 254 milhões de dólares para acorrer às necessidades humanitárias em presença. Relembrando que a União Europeia gere presentemente quatro fundos Fiduciários em África, defendeu a criação de um outro, especificamente aplicável a Moçambique destinado a reforçar as necessidades atrás evidenciadas, assim justificando a recomendação de que Portugal possa encetar todos os esforços junto das Nações Unidas no sentido de responder às necessidades de auxílio de Moçambique, situação à qual, segunda se recomenda, deve Portugal corresponder, ainda, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia.

De seguida, foi concedida a palavra à Deputada **Lara Martinho (PS)** que, na apresentação da iniciativa do seu Grupo Parlamentar, enfatizou os efeitos profundamente negativos para as



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

populações moçambicanas, resultantes do recrudescimento e sofisticação do surto terrorista em Cabo Delgado, no Norte daquele país, provocando forte insegurança e a fuga de centenas de milhar de pessoas para a respetiva capital provincial, no caso, Pemba. Sublinhou que, sendo o combate à atividade terrorista uma prioridade estratégica, o auxílio humanitário às populações atingidas é um imperativo inadiável e urgente, populações essas que ainda sofrem com os efeitos dos ciclones de 2019. Defendeu que a resolução destes problemas passa, em primeiro lugar, pela ajuda a prestar por parte de organizações regionais como a União Africana e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, pese embora, pela sua magnitude e gravidade, não possa prescindir da ajuda da União Europeia _ que já financia diversos projetos no terreno _, bem como das Nações Unidas, através das suas agências concretamente empenhadas no terreno. Do ponto de vista bilateral, segundo referiu, Portugal apoia já Moçambique por via de diferentes Planos e Quadros de apoio e ajuda humanitária, sendo uma das mais recentes o reforço da cooperação no âmbito da segurança e defesa, em áreas concretamente identificadas por Moçambique. Assim, atento o agravamento da crise humanitária em curso e à fragilidade da situação dos deslocados, em termos alimentares, sanitários, habitacionais e psicológicos, entende o PS que o Governo deve reforçar as suas iniciativas no sentido de mobilizar a comunidade internacional para o apoio a Moçambique, atenta a urgência na resposta humanitária a dar.

Na discussão que se seguiu, intervieram os Deputados:

João Oliveira (PCP), que assinalou estramos perante tema amplamente tratada nos trabalhos da Comissão, tendo acompanhado o conjunto de preocupações que motivaram ambas as iniciativas. Defendeu a necessidade de intensificar o auxílio económico-social, no qual Portugal se deve empenhar direta e indiretamente, neste caso, através das organizações internacionais que integra.

Nuno Miguel Carvalho (PSD), para saudar o PS pela sua iniciativa e agradecer os contributos prestados no âmbito da presente discussão.

Lara Martinho (PS), para, igualmente, saudar a iniciativa do PSD e assinalar a plena convergência que existe na abordagem desta questão entre ambos os Grupos Parlamentares.

Não se tendo registado mais intervenções o Presidente deu por encerrada a discussão das iniciativas em apreço.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A requerimento do CDS-PP, a apresentação e discussão dos Projetos de Resolução números 1316/XIV e 1317/XIV, ambos do BE, foi adiada para a próxima reunião.

Relativamente ao Ponto 4., o **Grupo Parlamentar do PSD requereu o adiamento da apresentação e votação dos seguintes Projetos de Voto que transitaram para a reunião seguinte:**

565/XIV (BE) - De condenação pela repressão violenta das manifestações contra a reforma fiscal na República da Colômbia.

568/XIV (PCP) - De condenação da violenta repressão por parte do Governo de Iván Duque sobre o povo colombiano que se manifesta em defesa dos seus direitos.

XXX/XIV/2.^a (consensualizado entre PS e PSD) – De condenação pela escalada de violência na Colômbia.

607/XIV/2.^a (IL) - De condenação pelas sucessivas violações dos direitos fundamentais das pessoas LGBTIQ na Hungria

609/IV/2.^a (BE) - De condenação pela aprovação de mais um pacote legislativo contra os direitos LGBTI+ na Hungria

611/XIV/2.^a (Ninsc - JKM) - De solidariedade para com a comunidade LGBTQI+ na Hungria face à aprovação de legislação atentatória da sua dignidade e liberdade.

614/XIV/2.^a (CH) - De congratulação pela aprovação na Hungria de legislação que defende a instituição Família.

Não podendo estar presente na reunião, por participar na audição em curso da Ministra da Justiça na 1.^a Comissão, o CDS-PP requereu o adiamento da apresentação e discussão dos seguintes Projetos de Voto:

569/XIV (PCP) - De condenação da repressão de Israel sobre a população palestina.

570/XIV (Ninsc Joacine Katar Moreira) - De condenação pelos ataques das forças israelitas em Gaza e contra a deslocação forçada do povo palestino residente no bairro de Sheikh Jarrah em Jerusalém Oriental.

571/XIV (BE) - De condenação pela crescente violência nos territórios ocupados palestinos.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

573/XIV (CDS-PP) – De condenação pela recente escalada de violência e confrontos em Jerusalém.

576/XIV (PSD) - De condenação contra o recrudescimento da violência entre israelitas e palestinianos.

579/XIV (PEV) - De condenação da repressão sobre a população da Palestina pelas autoridades israelitas.

598/XIV/2.^a (PS) - De condenação pelo escalar da violência no Território Palestino Ocupado e em Israel.

584/XIV/2.^a (PSD) - De Condenação pelo desvio de um avião civil e detenção de Roman Protasevich pelas autoridades da Bielorrússia.

587/XIV/2.^a (CDS-PP) - De Condenação pela detenção do jornalista Roman Protasevich na sequência do desvio de um voo civil na Bielorrússia.

594/XIV/2.^a (CH) - De condenação pela detenção de um jornalista através da infração das normas da aviação internacional.

597/XIV/2.^a (PS) - De condenação pelo desvio de um voo comercial por parte da Bielorrússia para detenção do jornalista Roman Protasevich.

602/XIV/2.^a (BE) De solidariedade para com o povo e os presos políticos da Bielorrússia.

No concernente ao PJV n.º 612/XIV (PSD), interveio o Deputado **Nuno Carvalho (PSD)** para manifestar a sua profunda preocupação com a postura da Federação Russa na salvaguarda dos direitos fundamentais, relembrando a assunção da gravidade desta questão pelo próprio Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, que pôs seriamente em causa a segurança dos promotores da manifestação em causa, bem como dos seus familiares.

Intervieram de seguida os Deputados:

Lara Martinho (PS) que lembrou estarem pendentes em Comissão as audições tanto do Presidente da Câmara como do Ministro da tutela, sendo prematuro marcar posição antes de ouvir o que as referidas entidades têm a referir sobre a matéria. Por t5al motivo não pode acompanhar favoravelmente o voto apresentado.

João Oliveira (PCP) que acompanhou a preocupação publica quanto à gravidade destes acontecimentos. Prém, reconheceu que a deliberação acerca desta iniciativa carece do conhecimento de mais e mais profundos pormenores, os quais dependem da audição do



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Presidente da Câmara de Lisboa, agendada já para amanhã. Por tal motivo solicitou o adiamento desta votação.

Nuno Carvalho (PSD) para frisar não estarem em causa os atos praticados, pois a existência destes e a sua gravidade, foram já assumidos pelo referido edil. Falta, apenas, apurar as respetivas responsabilidades.

De seguida, atento o pedido formulado pelo PCP e não tendo havido qualquer oposição a que o mesmo fosse submetido a votação, foi aprovado, por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS-PP), o adiamento da votação, sem prejuízo de desde já se considerar concluída a sua discussão.

No Ponto 5., foram lidas as atas elencada na OD, as quais, uma vez submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes (ausência do CDS-PP).

_____ // _____

Nada mais havendo a registar, a reunião encerrou pelas doze horas e trinta minutos, estando disponível [registo áudio](#) da mesma, assim se lavrando a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de junho de 2021.

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ascenso Simões (PS)
Carla Sousa (PS)
José Mendes (PS)
Lara Martinho (PS)
Paulo Porto (PS)
Susana Correia (PS)
Catarina Rocha Ferreira (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Ilídia Quadrado (PSD)
José Cesário (PSD)
Nuno Miguel Carvalho (PSD)
Paulo Neves (PSD)
João Oliveira (PCP)
Joana Mortágua (BE)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Sérgio Sousa Pinto (PS)
Pedro Filipe Soares (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Bacelar De Vasconcelos (PS)
Edite Estrela (PS)
Paulo Pisco (PS)
Carlos Alberto Gonçalves (PSD)
Isabel Meireles (PSD)
Alexandra Vieira (BE)
Telmo Correia (CDS-PP)

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão ocorrida em 7 de julho de 2021.